

Lei da Imigração favorece entrada de cérebros

Até agora, a vinda de professores estrangeiros fora do espaço da União Europeia para colaborações de longo prazo com as universidades nacionais era um processo *"difícil e demorado"*. Esta é a opinião de Márcia Trigo, ex-directora da Escola de Gestão & Negócios da Universidade Autónoma de Lisboa (UAL), que acredita que o anteprojecto da Lei da imigração *"é de longe mais facilitador"*.

"Temos vários protocolos com universidades de outros países, e para trabalhos pontuais é fácil fazer a troca de professores, pois entram no País com um visto de turismo. Mas quando falamos de trabalhos alongo prazo é necessário requerer um visto de residência temporária, o que implica um trabalho redobrado e demorado." Márcia Trigo constata que *"Muitas vezes, quando o professor chega temos de reformular os horários, porque o processo demorou mais tempo do que o previsto"*,

Alunos deviam ser incluídos

A medida é vista pela responsável como muito positiva. Mas a proposta de *"criação de um regime mais simplificado de concessão de vistos de residência para o exercício de uma actividade de investigação, actividade docente em estabelecimento de ensino superior ou numa actividade altamente qualificada"* uma poderia ser alargada a alunos estrangeiros, defende.

Márcia Trigo, actual directora científica de dois EMBA da UAL, reconhece que *"Temos áreas de ensino em que somos reconhecidamente muito bons, devíamos facilitar a vinda de estudantes estrangeiros, nomeadamente para pós-graduações conducentes à obtenção de grau académico: mestrados, doutoramentos, MBA ou pós-doutoramentos"*.

Justifica-se a pretensão, dada a *"procura de formação pós-graduada por parte de estudantes, em especial oriundos dos PALOP, do Brasil e dos países do Leste ainda não integrados na UE, que é bastante relevante"*, diz Márcia Trigo.

A responsável dá o exemplo americano, *"onde mesmo nas melhores escolas universitárias e business schools, a maioria dos alunos já não é de nacionalidade norte-americana"*. Neste país, são abertos frequentemente *"concursos para vistos de residência permanente, específicos para certas profissões, em que qualquer pessoa pode candidatar-se e é escolhida depois de uma avaliação de conhecimentos"*, explica Márcia Trigo.

"Este tipo de burocracias não é uma questão relevante nos Estados Unidos", acrescenta a responsável da UAL.

O Critical Software apela à celeridade na entrada de quadros

A Critical Software é uma empresa portuguesa que fornece, entre outras entidades, a NASA e a ESA. Tem uma forte necessidade de recorrer a quadros especializados no estrangeiro *"em domínios em que somos deficitários no nosso país"*.

Neste sentido, a empresa congratula-se com a lei mais facilitadora. A Critical Software argumenta que *"um prazo de 60 dias seria suficiente para o técnico contratado completar todo o seu processo de legalização"*. Para Abel Pinto, director de recursos humanos da empresa, devem ser *"desde já devidamente explicitadas as competências científicas e técnicas bastantes para que um técnico possa ser considerado 'altamente qualificado' e que na posse das mesmas o reconhecimento do seu estatuto seja automático e não discricionário pela entidade pública incumbida desse reconhecimento"*.

De acordo com o projecto de lei, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras terá de dar um parecer sobre a entrada e permanência destes profissionais *"altamente qualificados"*. Esta é definida, no preâmbulo, como a actividade cujo *"exercício requer competências técnicas especializadas ou de carácter excepcional e, conseqüentemente, uma qualificação adequada para o respectivo exercício, designadamente de ensino superior"*.

Para Abel Pinto, a nova lei ajudará na entrada desses quadros técnicos, se permitir que o processo de legalização seja *"concluído já com a sua estada em Portugal e no exercício da sua actividade profissional na empresa/instituição contratante"*. O mesmo responsável salienta que a posição da Critical tem em conta *"as legítimas preocupações das autoridades nacionais em termos de segurança interna e os desafios com que estão confrontadas as empresas nacionais deste sector e não só, tendo em vista a sua afirmação neste novo mercado de elevado potencial de crescimento e de prestígio para a economia nacional"*.

"Como todo o processo relacionado com novas contratações só pode ocorrer a partir do momento em que nos é adjudicada a proposta e dado que, por norma, o cliente exige o início do projecto num curto espaço de tempo, é para nós essencial que haja facilidade de contratação e que o processo burocrático associado possa ser executado num curto espaço de tempo." Ora, a lei ainda em vigor leva a que o processo formal de legalização demore *"vários meses"* a concluir, *"o que não só coloca em risco o prazo de execução do projecto, como põe igualmente em causa a credibilidade da empresa e do próprio País em termos de cumprimento de prazos"*. É uma situação gravosa para a Critical, que actua num sector altamente concorrencial.

Integração de imigrantes altamente qualificados é mais difícil

Se a entrada dos imigrantes altamente qualificados é facilitada com a nova lei, já a sua integração pode ser mais complicada do que parece.

Segundo Alexandra Ribas, *partner* da Amrop Internacional, empresa de *executive search*, *"existe um conjunto de factores que podem dificultar a*

aceitação e integração na gestão da empresa destas pessoas", que não se colocam nas áreas científicas, educação ou desporto. "A dificuldade de comunicação e a falta de um network pessoal e profissional no País, uma característica fundamental para as suas funções, e o desconhecimento do mercado local" podem causar algumas dificuldades na integração dos profissionais na equipa de gestão das empresas. explica a responsável.

Alexandra Ribas acrescenta: *"Deparamo-nos com muitos quadros com óptimo perfil e sucesso demonstrado na sua vida profissional, que sabemos de antemão ser difícil a sua admissão nas empresas nossas clientes, mesmo que se trate de multinacionais "*.

Já nas *"áreas científicas, educação, desporto e até algumas das culturais, a situação é completamente distinta e até mais fácil", diz a responsável. Salienta que "há um enorme intercâmbio cultural, desejável e eficaz, sendo o relacionamento mais simples".*

Quadros querem vir para o País

De acordo com a experiência de Alexandra Ribas, Portugal é um destino procurado pelos quadros altamente qualificados, em duas situações diferentes. *"Somos abordados por pessoas que nunca trabalharam em Portugal e gostariam de o fazer, a maioria por razões familiares. Já outros pretendem acrescentar na sua actividade uma experiência empresarial no nosso país", explica.*

No entanto, a situação complica-se quando os profissionais querem permanecer em Portugal depois de já terem terminado o seu trabalho no País. *"Há um conjunto de circunstâncias e de factores que dificultam ou podem dificultar, de forma legítima, a admissão dos expatriados que pretendem manter-se em Portugal terminado o contrato com a empresa. E não são poucos os que fazem questão de permanecer, devido a várias razões - o clima, a segurança física, a adaptação da família e inclusivamente negócios criados pelo cônjuge", salienta.*

in *ACIME.gov.pt*
28-08-06